

RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.861 - PE (2015/0007800-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : SABRA EMPREENDIMENTOS S/A
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO BARBOSA DE CASTRO
CARVALHO DE MEDEIROS E OUTRO(S) - PE016403
KATARINA ARAÚJO SILVESTRE DE MEDEIROS -
PE017461
RECORRIDO : UNIÃO
INTERES. : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE
RODAGEM DNER

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **SABRA EMPREENDIMENTOS S/A**, contra acórdão prolatado, por maioria, pelo Pleno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no julgamento de embargos infringentes, assim ementado (fl. 1.393e):

EMBARGOS INFRINGENTES. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA.

- 1. Hipótese em que, após a expedição de precatório em 1992, a exequente somente requereu a execução complementar em 2000, quando já transcorrido o lustró prescricional.*
- 2. O despacho proferido pelo juízo sentenciante em 1994, determinando que se aguardasse a devolução do precatório, não tem o condão de interromper o prazo prescricional, porquanto a juntada do documento não se mostrava imprescindível para o requerimento da execução complementar.*
- 3. Embargos infringentes providos.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.411/1.414e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 535 do Código de Processo Civil – “o acórdão vergastado manteve a decisão embargada, bem como a violação/negativa de vigência das normas apontadas pelo Recorrente, violando ainda o dispositivo legal supra mencionado do art. 535 do Código de Processo Civil, na medida em que negou prestação jurisdicional

para prequestionamento da matéria recursal” (*sic*; fl. 1.424e);

- II. Art. 1º do Decreto n. 20.910/32 – não houve a consumação do prazo prescricional quinquenal, porquanto “o Precatório só fora disponibilizado à Recorrente em 11/04/1996, conforme consta às fls. 521v dos autos” (fl. 1.426e); e
- III. Art. 267, III, do Código de Processo Civil – “embora decorrido o prazo sem manifestação da parte, precipitada a extinção ou arquivamento do feito, sem precedente intimação pessoal, com as advertências da lei, somente podendo se caracterizar a contumácia da parte, após cumpridas todas as exigências legais” (fl. 1.429e).

Com contrarrazões (fls. 1.439/1.446e), o recurso foi admitido (fl. 1.448e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento ao recurso quando o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissis, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissis, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284

do STF.

(...)

(AgRg no REsp 1450797/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 11/06/2014)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/07/2014, destaque meu).

Por outro lado, no que toca à ausência de prévia intimação do exequente, anteriormente à extinção da execução, suscitada pela parte recorrente nos aclaratórios de fls. 1.397/1.408e, o tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos (fl. 1.412e):

De outra banda, quanto à alegação de violação ao art. 267, III e § 1º, do CPC, melhor sorte não merece. Em verdade, além de configurar pretensão a novo julgamento, trata de argumento impertinente, dado que o dispositivo concerne a casos em que o autor abandona a causa, é dizer, não promovendo atos e diligências que lhe compitam. No caso, entretanto, inexistia causa em andamento e, pois, qualquer diligência a ser adotada. Ocorre que a pretensão executória relativa à expedição de precatório complementar, o quarto, registre-se, é que fora manifestada quando já ultrapassado o prazo prescricional.

No caso, verifico que o acórdão recorrido vai de encontro à orientação

pacífica desta Corte, segundo a qual, para o reconhecimento de ofício da consumação do prazo prescricional intercorrente, faz-se imperiosa a prévia intimação do exequente, na linha dos seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CÁLCULOS APRESENTADOS SEM A INCLUSÃO DOS JUROS FIXADOS NO TÍTULO JUDICIAL. APRESENTAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS NO CURSO DA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. RENÚNCIA TÁCITA NÃO CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. "O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso" (art. 512 do CPC). Assim, embora o acórdão proferido na apelação incidente sobre a ação de conhecimento nada afirme sobre os juros moratórios, não abrangidos pelo recurso, prevalece aqueles expressamente fixados na sentença.

2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não ocorre prescrição intercorrente se a parte não deu causa à paralisação do feito.

3. "A renúncia ao crédito exequindo remanescente, com a consequente extinção do processo satisfativo, reclama prévia intimação, vedada a presunção de renúncia tácita" (REsp 1.143.471/PR, Rel. Min. LUIZ FUX, sob o rito do art. 543-C do CPC, DJe 22/2/10).

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1388682/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 24/02/2014, destaque meu).

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA. DESÍDIA DO EXEQUENTE. INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA PRETORIANA. INVIABILIDADE.

1. "A prescrição intercorrente ocorre no curso do processo e em razão da conduta do autor que, ao não prosseguir com o andamento regular ao feito, se queda inerte, deixando de atuar para que a demanda caminhe em direção ao fim colimado" (AgInt no AREsp 1.083.358/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 4/9/2017).

2. O Tribunal de origem, ao analisar a matéria, concluiu pela ocorrência da prescrição intercorrente por reconhecer a inércia da parte exequente. Dessa forma, desconstituir tal premissa requer, necessariamente, o reexame de fatos e provas, o que é vedado ao STJ, por esbarrar no óbice da Súmula 7/STJ.

3. Nos termos da jurisprudência do STJ, para o reconhecimento da prescrição intercorrente, são imprescindíveis a intimação pessoal da parte para dar prosseguimento ao feito e a sua posterior inércia em

cumprir a ordem contida no ato intimatório. Precedentes: AgInt no REsp 1350303/MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 10/02/2017; AgInt no AREsp n. 787.216/SP, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no AREsp n. 785.287/MT, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 18/10/2016.

(...)

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1694685/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 23/10/2017, destaque meu).

Sublinhe-se que essa conclusão emana, em última análise, do dever de observância ao princípio constitucional do contraditório, estampado, inclusive, no art. 9º do Código de Processo Civil de 2015, de modo a oportunizar a oposição de eventual fato impeditivo pela Exequente.

Na mesma esteira, impende anotar precedente da 2ª Seção desta Corte, firmado sob a sistemática do Incidente de Assunção de Competência (art. 947 do CPC e art. 271-B e seguintes do RISTJ), assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes: 1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002. 1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980). 1.3. O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual). 1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor

algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1604412/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/2018, DJe 22/08/2018, destaques meus).

Isto posto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, afasto a violação ao art. 535 do mesmo estatuto e **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para determinar o retorno dos autos à origem para prosseguimento da execução nos termos expostos.

Prejudicada a análise das demais questões trazidas no especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora